

**Perguntas de Esclarecimento sobre o Vigésimo Primeiro Concurso de
Direitos Humanos da Academia de Direitos Humanos e Direito
Internacional Humanitário**

1. O governo da República de Santa Clara fazia revisões periódicas sobre o destino e uso lícito

7. A extração aconteceu em território Orífuna?

Dos parágrafos 33 dos fatos do caso depreende-se que a etapa de não aconteceu em território Orífuna nem em nenhuma parte do território. No entanto, ainda que a extração aconteça exclusivamente em território, as autoridades deste país identificaram potenciais impactos no território do país se integralmente na zona atlântica ao norte da República de Madrugá.

8. A comunidade Orífuna exercia algum tipo de atividade econômica?

As comunidades que compõem o Povo Orífuna dedicam-se às atividades agrícolas, conforme o parágrafo 10 dos fatos do caso.

9. Quais as razões que levaram à improcedência do Mandado de Injunção?

A ação constitucional mencionada no parágrafo 46 dos fatos do caso foi julgada improcedente pelo Tribunal Supremo de Justiça de Madrugá, ao estimar que a Senhora Senhora não tinha legitimidade ativa para representar os interesses dos ejidos ou terras comunitárias.

10. Quais são as disposições legais aplicáveis ao caso?

14. Cumpriu a companhia Silverfield S.A. todos os requisitos relevantes para construir uma represa de contenção?

A Silverfield S.A. obteve formalmente a licença para construir a represa de contenção referida no parágrafo 37 dos fatos do caso. Foram iniciados estudos técnico-periciais para determinar se a empresa descumpriu os requisitos estabelecidos na licença de construção da represa, mas até a presente data as autoridades de Santa Clara não emitiram um relatório final a respeito.

15. A Silverfield S.A. e o Estado demandado atuaram de acordo às normas internacionais FPIC (a respeito dos parágrafos de 42 a 46 do caso hipotético)?

A pergunta transcende o esclarecimento dos fatos do caso e dirige-se a elucidar conclusões sobre os méritos da controvérsia jurídica.

16. Do parágrafo 18 dos fatos do Caso depreenfarm8 BDC 1 TEMC (a)5(d)1(e)5(s)(de)49 53 dea 16 ilarec1(

19. O Estado de Santa Clara é signatário de algum tratado referente ao direito do meio ambiente?

25. Tendo em conta que a licença para a realização do Projeto Wirikuya foi outorgada em fevereiro de 2011, qual tem sido o avanço do projeto durante os últimos 5 anos?

O Projeto Wirikuya segue na etapa de sondagem. A etapa de exploração ou extração está prevista para começar em julho de 2016. De acordo com a legislação aplicável em Santa Clara, antes do início desta etapa do projeto mineiro, é necessário emitir um novo EISA e realizar um novo processo de consulta prévia, livre e informada aos povos indígenas e/ou tribais potencialmente afetados.

26. Em que consiste, sob que circunstâncias, e qual é o objeto do recurso de agravo constitucional que foi interposto perante a Corte Suprema de Justiça de Santa Clara?

De acordo com a legislação pertinente de Santa Clara, o recurso de agravo constitucional visa

32. Em que datas David Nelson realizou as três reuniões com os membros da milícia ilegal Los Olivos nos escritórios da Miningcorp na cidade de San Blas?

A mensagem diplomática publicada por Wikileaks em fevereiro de 2006, mencionada no parágrafo 25 dos fatos do caso, indica que as três reuniões entre membros de Los Olivos e o senhor David Nelson ocorreram entre os anos 2001 e 2003. Não há informação sobre as datas exatas de tais reuniões.

33. As decisões da Assembleia do Povo Pichicha obrigam à população de Pichicha ou afetam o governo de Santa Clara de alguma maneira?

De acordo com as tradições ancestrais do Povo Pichicha, a sua Assembleia é a máxima autoridade política e única instância competente para tomar decisões relacionadas com a gestão do território Pichicha.

34. Lucía era menor de idade quando seus pais e irmãos foram assassinados?

Lucía tinha 17 anos de idade quando seus pais e irmãos foram assassinados, em 12 de dezembro de 1994.

35. Por que o Estado de Santa Clara não tinha revogado o status diplomático de David Nelson após sua suspensão disciplinar?

39. Quais são os métodos tradicionais de tomada de decisão utilizados pelo Povo Orífuna?

Nas tradições ancestrais Orífunas, a sua Assembleia do Povo é a única entidade facultada a tomar decisões sobre a gestão do território Orífuna. A Assembleia está composta por um/a representante de cada ejido e um/a Presidente/a, sendo as suas decisões adotadas sempre por consenso.

40. Quais foram os motivos pelos quais o Tribunal Supremo de Justiça de Madrugá declarou improcedente o Mandado de Segurança interposto pela senhora Catalina Coral, Presidente da Assembleia do Povo Orífuna?

Ver a resposta à pergunta 9 supra.

41. Quais foram os fundamentos dos dois relatórios técnicos sobre o Projeto Wiricuya

45. Quais as medidas preventivas adotadas pela Silverfield S.A em relação às obras do projeto Wirikuya?

Ver a resposta à pergunta 14 supra.

46. Segundo o parágrafo 16 dos fatos do caso Edmundo Camana e outros, Povos Pichicha e Orífuna contra Santa Clara, o Tratado de Livre Comércio e Desenvolvimento da América do Norte assinado por Santa Clara, a Confederação de Bristol e a República de Madrugá, incluído dentro das controvérsias q3(as)31-9f-0.001 Tc 0.012 Tw1.04 -0aaa 1.001 T(a)21 1 Tf-1(a) c5 0naaa-vpa

